


**ABORDAGEM HISTÓRICA DA CIDADE PARA GESTÃO URBANA:
EXPERIÊNCIA NA PUCPR**

**A HISTORICAL APPROACH TO THE CITY FOR URBAN MANAGEMENT: AN
EXPERIENCE AT PUCPR**

**UNA APROXIMACIÓN HISTÓRICA A LA CIUDAD PARA LA GESTIÓN
URBANA: UNA EXPERIENCIA EN LA PUCPR**

 10.56238/CONEDUCA-134

Letícia Peret Antunes Hardt

Doutora em Engenharia Florestal / Paisagem Urbana
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)
E-mail: l.hardt@pucpr.br

Carlos Hardt

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)
E-mail: c.hardt@pucpr.br

RESUMO

A partir da problemática central de que em um processo de gestão de cidades nem sempre ocorre a análise de trajetórias passadas, o que, por vezes, impossibilita a prevenção da reincidência de erros estruturais, a elaboração de diretrizes resilientes e a formulação de políticas inclusivas, argumenta-se que a compreensão em estudos avançados da evolução das cidades é essencial para gestores urbanos, pois possibilita a identificação de padrões influentes no presente e tendenciais para o futuro, tanto de crescimento urbanístico, desigualdades socioespaciais e práticas de planejamento, quanto de vários outros aspectos inerentes à urbe contemporânea. Nesse contexto, o objetivo geral deste texto consiste em relatar a experiência dessa abordagem em uma disciplina em nível stricto sensu do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Com base em métodos e técnicas de revisão de fontes secundárias, a organização do conteúdo pedagógico inicia com a contextualização de que, desde a sua origem, o ser humano organizou os seus ambientes de vivência por intermédio da conversão da natureza em espaços estruturados conforme suas necessidades e interesses. Esses territórios foram gradativamente convertidos no que hoje se conhece como “cidade”, considerada uma das mais significativas realizações humanas, gerando profundas mudanças paisagísticas e intensas pressões ambientais. Portanto, pode ser compreendida, simultaneamente, como dinâmica físico-territorial e como manifestação social, econômica e institucional (Hardt; Hardt, 2015). Durante a Pré-História, ao evoluir da caverna para refúgios e acampamentos, o ser humano estabeleceu o primeiro espaço com características “urbanísticas”, representado pela aldeia, havendo dois marcos decisivos nesse decurso: avanços agrícolas, em que os excedentes da produção reforçaram o sedentarismo, originando inicialmente agrupamentos móveis (“protocidades”); e transformação urbana, marcada pela diferenciação do meio, divisão social de funções, especialização de atividades e criação de locais de intercâmbio, consolidando a chamada “civilização” nesses núcleos de referência. Essas concentrações populacionais mantinham vínculos



diretos com os recursos naturais, aproveitando a proximidade de cursos d'água, a proteção contra condições climáticas adversas e a utilização direta de materiais da natureza, tanto para a subsistência quanto para a construção de habitações e demais estruturas coletivas, desenvolvendo-se, em geral, de maneira concêntrica em torno de um ponto central. Essa configuração foi uma tendência recorrente em diferentes culturas, permanecendo até hoje. A necessidade de proteção de áreas internas, na época garantida por paliçadas ou palafitas, exemplifica uma prática cultural que acompanha a humanidade ao longo do tempo. Com o início da vida comunitária nas cidades pré-históricas, passou a prevalecer a chamada “ordem técnica”, em associação à anterior “ordem moral” (Mumford, 2010[1961]). Na Idade Antiga, a agricultura se consolidou como principal processo produtivo. Posicionamentos geográficos distintos geraram diferenças culturais marcantes entre povos distribuídos pelo planeta, sendo, então, possível o arranjo de suas características em três grandes grupos: civilizações centrais, orientais e ocidentais. Nas primeiras, o rigor climático condicionou um urbanismo fortemente baseado na irrigação e, no caso da Mesopotâmia, em técnicas de coberturas planas e ajardinadas (jardins suspensos). Essas soluções, voltadas ao conforto microclimático, tornou-se o convencionalizado como uma das sete maravilhas do mundo antigo e constitui uma opção contra as atuais mudanças do clima. Nas Civilizações Orientais, o desenvolvimento citadino ocorreu mais tardiamente, em função da economia intensamente ligada à atividade agrícola. No exemplo de antigas cidades chinesas, há adoção de sistemas ortogonais de quadras, em contraste com espaços abertos, onde eram valorizados os elementos naturais. Já nas Civilizações Ocidentais, nas urbes egípcias, por exemplo, eram reservadas áreas sagradas à escala “metafísica”, com monumentos simbólicos que marcaram a paisagem. O traçado geométrico, pautado em ritmo, proporção e harmonia, estruturava espaços abertos com linguagem arquitetônica própria. Os conceitos egípcios foram adaptados pelos gregos, que ordenaram seus setores urbanizados em áreas altas (sagradas) e baixas (privadas e públicas), destacando a “ágora” como centro político e cultural. Os romanos também estruturaram núcleos em sistema ortogonal, articulados por vias preferenciais, consolidando a ideia de rede urbana. Nos seus espaços abertos, havia preponderância de elementos construídos, com a vegetação podada em formas regulares, evidenciando a centralidade humanística. Assim como os agrupamentos pré-históricos, as cidades da Antiguidade dependiam da proximidade de fontes hídricas e de solos férteis, com o relevo influenciando diretamente sua localização. Apesar das condicionantes naturais, a organização urbanística refletia fortemente aspectos culturais, como a espiritualidade, que distinguia as cidades alta (sagrada) da baixa (pública e privada). Independentemente da posição geográfica – central, oriental ou ocidental –, prevalecia a tendência ao traçado geométrico, o que ainda é claramente perceptível no presente. Com o aumento populacional e a expansão dos núcleos urbanizados, houve aperfeiçoamento das técnicas, com cidades frequentemente cercadas por muros protetivos. Apesar do florescimento cultural e artístico, Roma – centro de um dos mais vastos impérios da história – com cerca de um milhão de habitantes ao final desse período, enfrentava graves problemáticas de ordem urbana (Benevolo, 2012[1976]). Durante o longo intervalo marcado por invasões bárbaras e conflitos religiosos na Europa e regiões adjacentes, a Idade Média produziu um primeiro processo de desurbanização, resultado da migração de cidadãos para áreas mais seguras e menos vulneráveis a saques. Assim, essa era passou a produzir núcleos compactos, evidenciando a clara distinção entre o ambiente citadino e o meio rural, em tempos dominados pelo sistema feudal. A urbanização medieval pode ser associada a três situações: continuidade das cidades antigas, expansão dos burgos e aparecimento de feiras em cruzamento de vias. Os problemas decorrentes das condições ambientais, como alterações microclimáticas e desconforto espacial, provocados pela inadequação de insolação e ventilação, pela presença de odores desagradáveis e pela insalubridade generalizada, contribuíram para um segundo processo de desurbanização, caracterizado pela relevante mortalidade de pessoas como consequência direta das precárias condições sanitárias e da fragilidade da saúde pública. Com a sobrevivência humana como prioridade e com as limitações impostas pelo poder eclesiástico, que posicionou a igreja no centro da vida comunitária, ocorreu um retrocesso significativo nas técnicas urbanísticas. Ainda assim, alguns períodos merecem destaque, como o Árabe, com a simplicidade de fachadas contrastante com a riqueza de detalhes internos; Românico, com modulação geométrica e simétrica dos elementos construtivos; e Gótico, com edificações clericais monumentais, cuja verticalidade marcava fortemente a paisagem. As cidades medievais, de dimensões reduzidas e cercadas por muralhas e fossos para sua



proteção, possuíam traçado espontâneo, marcado por formas irregulares e aspecto labiríntico, frequentemente utilizado como estratégia para desorientação de possíveis invasores. O núcleo central, geralmente composto por praças, que retomavam sua função comercial, e por construções religiosas, evidenciava também o acentuado nível de deterioração ambiental característico desse período (Pirene, 2014[1927]). Na atualidade, remanescem desafios semelhantes. Em contraposição ao período medieval, caracterizado pela relativa desvalorização da vida, as urbes da Idade Moderna passaram a refletir o racionalismo inspirado nos antigos modelos greco-romanos. Nessa conjuntura, o ser humano foi novamente reconhecido como centro das atenções e a rua foi revalorizada como elemento qualitativo de organização urbanística. Na fase inicial dessa era, o Renascimento se destacou por intensas transformações culturais que marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo, antecedida pelo absolutismo, com impactos significativos nas artes e nas ciências. O desenho dos espaços abertos seguia princípios arquitetônicos, empregando sistematicamente as ordens antigas. Os jardins eram concebidos em integração com a arquitetura, privilegiando traçados retilíneos, pontos de observação panorâmica e aproveitamento das variações de relevo. As construções predominavam em abundância, enquanto a vegetação era subjugada ao desenho arquitetônico. Essas cidades, ditas "clássicas", possuíam traçados regulares, muitas vezes em formato de estrela, com elementos simétricos e ruas irradiando a partir de núcleos centrais, geralmente constituídos por praças ou monumentos. As vias eram organizadas segundo critérios estratégicos ou estéticos. Na sequência histórica, o urbanismo do Barroco manteve padrões semelhantes, mas incorporou maior dinamismo espacial por meio da composição das denominadas "cidades-cenário", que flexibilizaram a rigidez da simetria em favor da liberdade criativa. Com o tempo, as muralhas perderam sua função defensiva e foram gradualmente eliminadas. Nesse contexto de valorização cidadina, ocorreu um vigoroso processo de recuperação ambiental de áreas urbanizadas (Jellicoe; Jellicoe, 1995[1975]). No Brasil do período moderno, o processo inicial de urbanização ocorreu ao longo da faixa litorânea, com três matrizes principais para a formação das cidades: as originadas em aldeamentos indígenas, com traçados formais estruturados a partir da praça central ("largo da matriz"); os núcleos de caráter militar, com malhas irregulares resultantes da ocupação em pontos estratégicos; e os centros vinculados a ciclos econômicos, como os do açúcar e da mineração, que apresentavam traçados medievais contrapostos ao estilo moderno barroco na arquitetura. Também se destacavam os povoados ligados ao tropeirismo, com tecidos homogêneos derivados de pousos e encruzilhadas (Santos, 2015[1965]). No começo da Idade Contemporânea, os ideais iluministas expandiram o pensamento crítico para diferentes áreas do conhecimento e promoveram importantes alterações socioculturais, as quais impulsionaram a Revolução Industrial, que se consolidou como principal agente de mudanças irreversíveis no urbanismo desse período. Porém, a inserção das indústrias no interior das malhas urbanizadas provocou significativa degradação ambiental. Como resposta, durante o Romantismo, houve a retomada de expressões sentimentalistas e naturalistas, influenciadas pela estética oriental, com uso reduzido de construções e valorização de espaços abertos de traçado livre e sinuoso, notadamente em praças e parques. Entre o final do século XIX e o início dos anos 1990, ocorreram modificações paradigmáticas, oriundas da evolução científica e das perspectivas estético-elitistas e estratégico-higienistas, apoiada em planos de embelezamento e melhoramentos. Em meados do século XX, prevaleceu uma visão racionalista-progressista, com planos diretores de caráter tecnocrático, típico da intitulada "Era da Máquina" ou "Sociedade Industrial" (Choay, 2014[1965]). A partir da década de 1960, uma segunda variação de paradigma foi pautada em ótica racionalista mais ampla, baseada no planejamento local integrado. Desde então, o urbanismo passou a se dividir em múltiplas vertentes, desde as voltadas à justiça socioespacial e fundamentada em planos diretores mais participativos com foco em questões locais, até as dirigidas à projeção das urbes em escala global, dentro da lógica competitiva da nomeada "Era do Conhecimento" ou "Sociedade da Informação". Se a Pré-História possibilitou a constituição da sociedade e inaugurou manifestações ainda fundamentais para o cidadão contemporâneo, é preciso lembrar que muitos processos de "desenvolvimento" urbano foram sustentados por sistemas socioculturais condenáveis, como a escravidão na Antiguidade, a servidão na Idade Média e o poder absolutista de reis e nobres na Era Moderna, incluindo colônias escravagistas no chamado "Novo Mundo" (Soja, 2011[2000]). Apesar dos avanços técnico-tecnológicos da sociedade contemporânea nas últimas décadas, certos problemas históricos persistem, mesmo que sob



contornos um pouco diferenciados, alimentando dinâmicas que repercutem diretamente no próprio desenvolvimento urbanístico. Essas abordagens conduzem à conclusão sobre a necessidade do olhar retrospectivo de gestores urbanos, assimilando lições do passado e realidades do presente para a produção de políticas públicas de melhoria das cidades no futuro.

Palavras-chave: Estudos Avançados. História da Urbanização. Gestão de Cidades.

ABSTRACT

Starting from the central problem that past trajectories are not always analyzed in city management processes, which sometimes makes it impossible to prevent the recurrence of structural errors, develop resilient guidelines, and formulate inclusive policies, it is argued that understanding the evolution of cities through advanced studies is essential for urban managers. This understanding allows for the identification of influential patterns in the present and trends for the future, both in urban growth, socio-spatial inequalities, and planning practices, as well as various other aspects inherent to the contemporary city. In this context, the general objective of this text is to report on the experience of this approach in a stricto sensu level course of the Postgraduate Program in Urban Management (PPGTU) at the Pontifical Catholic University of Paraná (PUCPR). Based on methods and techniques for reviewing secondary sources, the organization of the pedagogical content begins with the contextualization that, since its origin, humankind has organized its living environments by converting nature into structured spaces according to its needs and interests. These territories were gradually converted into what is now known as "city," considered one of the most significant human achievements, generating profound landscape changes and intense environmental pressures. Therefore, it can be understood simultaneously as a physical-territorial dynamic and as a social, economic, and institutional manifestation (Hardt; Hardt, 2015). During Prehistory, as humans evolved from caves to shelters and encampments, they established the first space with "urbanistic" characteristics, represented by the village, with two decisive milestones in this process: agricultural advances, in which production surpluses reinforced sedentarism, initially originating mobile groupings ("proto-cities"); Urban transformation, marked by environmental differentiation, social division of functions, specialization of activities, and the creation of exchange sites, consolidated what is called "civilization" in these reference centers. These population concentrations maintained direct links with natural resources, taking advantage of proximity to waterways, protection against adverse weather conditions, and the direct use of natural materials, both for subsistence and for the construction of dwellings and other collective structures, generally developing concentrically around a central point. This configuration was a recurring trend in different cultures, remaining to this day. The need for protection of internal areas, at the time guaranteed by palisades or stilt houses, exemplifies a cultural practice that has accompanied humanity throughout time. With the beginning of community life in prehistoric cities, the so-called "technical order" began to prevail, in association with the previous "moral order" (Mumford, 2010[1961]). In Antiquity, agriculture consolidated itself as the main productive process. Distinct geographical locations generated striking cultural differences among peoples distributed across the planet, thus allowing for the arrangement of their characteristics into three major groups: central, eastern, and western civilizations. In the first, the harsh climate conditioned an urbanism strongly based on irrigation and, in the case of Mesopotamia, on techniques of flat and landscaped roofs (hanging gardens). These solutions, focused on microclimatic comfort, became conventionally considered one of the seven wonders of the ancient world and constitute an option against current climate change. In Eastern civilizations, urban development occurred later, due to an economy intensely linked to agricultural activity. In the example of ancient Chinese cities, there is the adoption of orthogonal block systems, in contrast to open spaces, where natural elements were valued. In Western civilizations, in Egyptian cities, for example, sacred areas on a "metaphysical" scale were reserved, with symbolic monuments that marked the landscape. The geometric layout, guided by rhythm, proportion, and harmony, structured open spaces with its own architectural language. Egyptian concepts were adapted by the Greeks, who ordered their urbanized sectors into high (sacred) and low (private and public) areas, highlighting the "agora" as a political and cultural center. The Romans also structured urban centers in an orthogonal system, articulated by preferential roads, consolidating the



idea of an urban network. In their open spaces, there was a preponderance of built elements, with vegetation pruned into regular shapes, evidencing humanistic centrality. Like prehistoric settlements, the cities of Antiquity depended on the proximity of water sources and fertile soils, with the terrain directly influencing their location. Despite natural constraints, urban planning strongly reflected cultural aspects, such as spirituality, which distinguished the upper (sacred) city from the lower (public and private) city. Regardless of geographical location – central, eastern, or western – the tendency towards geometric layout prevailed, a trend still clearly perceptible today. With population growth and the expansion of urban centers, techniques improved, with cities frequently surrounded by protective walls. Despite the cultural and artistic flourishing, Rome – the center of one of the largest empires in history – with about one million inhabitants at the end of this period, faced serious urban problems (Benevolo, 2012[1976]). During the long interval marked by barbarian invasions and religious conflicts in Europe and adjacent regions, the Middle Ages produced an initial process of de-urbanization, resulting from the migration of citizens to safer areas less vulnerable to looting. Thus, this era began to produce compact urban centers, highlighting the clear distinction between the urban environment and the rural environment, in times dominated by the feudal system. Medieval urbanization can be associated with three situations: continuity of ancient cities, expansion of boroughs, and the appearance of fairs at road intersections. Problems arising from environmental conditions, such as microclimatic changes and spatial discomfort caused by inadequate sunlight and ventilation, the presence of unpleasant odors, and widespread unsanitary conditions, contributed to a second process of de-urbanization, characterized by significant mortality as a direct consequence of precarious sanitary conditions and the fragility of public health. With human survival as a priority and with the limitations imposed by ecclesiastical power, which placed the church at the center of community life, there was a significant regression in urban planning techniques. Even so, some periods deserve mention, such as the Arabic period, with the simplicity of facades contrasting with the richness of internal details; the Romanesque period, with its geometric and symmetrical modulation of constructive elements; The Gothic period, with its monumental clerical buildings, strongly marked the landscape. Medieval cities, small in size and surrounded by walls and moats for protection, had a spontaneous layout, marked by irregular shapes and a labyrinthine aspect, often used as a strategy to disorient potential invaders. The central core, generally composed of squares, which resumed their commercial function, and religious buildings, also evidenced the marked level of environmental deterioration characteristic of this period (Pirene, 2014[1927]). Similar challenges remain today. In contrast to the medieval period, characterized by the relative devaluation of life, the cities of the Modern Age began to reflect rationalism inspired by ancient Greco-Roman models. In this context, the human being was once again recognized as the center of attention, and the street was revalued as a qualitative element of urban planning. In the initial phase of this era, the Renaissance stood out for intense cultural transformations that marked the transition from feudalism to capitalism, preceded by absolutism, with significant impacts on the arts and sciences. The design of open spaces followed architectural principles, systematically employing the ancient orders. Gardens were conceived in integration with the architecture, favoring rectilinear layouts, panoramic viewpoints, and taking advantage of variations in relief. Buildings predominated in abundance, while vegetation was subjugated to the architectural design. These cities, known as "classical," had regular layouts, often in a star shape, with symmetrical elements and streets radiating from central nuclei, generally consisting of squares or monuments. The roads were organized according to strategic or aesthetic criteria. In the historical sequence, Baroque urbanism maintained similar patterns but incorporated greater spatial dynamism through the composition of the so-called "scene-cities," which relaxed the rigidity of symmetry in favor of creative freedom. Over time, the walls lost their defensive function and were gradually eliminated. In this context of urban development, a vigorous process of environmental recovery of urbanized areas occurred (Jellicoe; Jellicoe, 1995[1975]). In modern Brazil, the initial urbanization process occurred along the coastal strip, with three main matrices for the formation of cities: those originating in indigenous settlements, with formal layouts structured from the central square ("largo da matriz"); the military nuclei, with irregular grids resulting from occupation at strategic points. The text discusses the development of urban centers in Brazil, highlighting their historical significance and the importance of traditional urban centers. It notes that these centers, linked



to economic cycles like sugar and mining, featured medieval layouts contrasted with the modern Baroque architectural style. It also mentions settlements connected to muleteering, with homogeneous urban fabrics derived from resting places and crossroads (Santos, 2015[1965]). At the beginning of the Contemporary Age, Enlightenment ideals expanded critical thinking to different areas of knowledge and promoted important sociocultural changes, which fueled the Industrial Revolution, consolidating itself as the main agent of irreversible changes in the urbanism of this period. However, the insertion of industries within urbanized areas caused significant environmental degradation. In response, during Romanticism, there was a revival of sentimental and naturalistic expressions, influenced by oriental aesthetics, with reduced use of buildings and an emphasis on open spaces with free and sinuous layouts, particularly in squares and parks. Between the late 19th century and the early 1990s, paradigmatic shifts occurred, stemming from scientific evolution and aesthetic-elitist and strategic-hygienist perspectives, supported by beautification and improvement plans. In the mid-20th century, a rationalist-progressive vision prevailed, with technocratic master plans, typical of the so-called "Machine Age" or "Industrial Society" (Choay, 2014[1965]). From the 1960s onwards, a second paradigm shift was based on a broader rationalist perspective, grounded in integrated local planning. Since then, urbanism has been divided into multiple strands, ranging from those focused on socio-spatial justice and based on more participatory master plans focused on local issues, to those aimed at projecting cities on a global scale, within the competitive logic of the so-called "Knowledge Age" or "Information Society". If prehistory enabled the constitution of society and inaugurated manifestations that are still fundamental for the contemporary citizen, it is necessary to remember that many processes of urban "development" were sustained by condemnable sociocultural systems, such as slavery in Antiquity, serfdom in the Middle Ages, and the absolutist power of kings and nobles in the Modern Era, including slave colonies in the so-called "New World" (Soja, 2011[2000]). Despite the technical and technological advances of contemporary society in recent decades, certain historical problems persist, even if under slightly different contours, fueling dynamics that directly impact urban development itself. These approaches lead to the conclusion that urban managers need a retrospective look, assimilating lessons from the past and realities of the present to produce public policies for the improvement of cities in the future.

Keywords: Advanced Studies. History of Urbanization. City Management.

RESUMEN

Partiendo del problema central de que las trayectorias pasadas no siempre se analizan en los procesos de gestión urbana, lo que a veces impide prevenir la recurrencia de errores estructurales, desarrollar directrices resilientes y formular políticas inclusivas, se argumenta que comprender la evolución de las ciudades mediante estudios avanzados es esencial para los gestores urbanos. Esta comprensión permite identificar patrones influyentes en el presente y tendencias futuras, tanto en el crecimiento urbano, las desigualdades socioespaciales y las prácticas de planificación, como en otros aspectos inherentes a la ciudad contemporánea. En este contexto, el objetivo general de este texto es informar sobre la experiencia de este enfoque en un curso de nivel stricto sensu del Programa de Posgrado en Gestión Urbana (PPGTU) de la Pontificia Universidad Católica de Paraná (PUCPR). Con base en métodos y técnicas de revisión de fuentes secundarias, la organización del contenido pedagógico comienza con la contextualización de que, desde su origen, la humanidad ha organizado sus entornos vitales convirtiendo la naturaleza en espacios estructurados según sus necesidades e intereses. Estos territorios se transformaron gradualmente en lo que hoy conocemos como «ciudad», considerada uno de los logros humanos más significativos, generando profundos cambios paisajísticos e intensas presiones ambientales. Por lo tanto, puede entenderse simultáneamente como una dinámica físico-territorial y como una manifestación social, económica e institucional (Hardt; Hardt, 2015). Durante la Prehistoria, a medida que los humanos evolucionaron de las cuevas a los refugios y campamentos, establecieron el primer espacio con características «urbanísticas», representado por la aldea, con dos hitos decisivos en este proceso: los avances agrícolas, en los que los excedentes de producción reforzaron el sedentarismo, originando inicialmente agrupaciones móviles («protociudades»); y la transformación urbana, marcada por la diferenciación ambiental, la división social de funciones, la especialización de



actividades y la creación de lugares de intercambio, consolidó lo que se denomina «civilización» en estos centros de referencia. Estas concentraciones poblacionales mantenían vínculos directos con los recursos naturales, aprovechando la proximidad a las vías fluviales, la protección contra las inclemencias del tiempo y el uso directo de materiales naturales, tanto para la subsistencia como para la construcción de viviendas y otras estructuras colectivas, generalmente desarrollándose concéntricamente en torno a un punto central. Esta configuración fue una tendencia recurrente en diferentes culturas y se mantiene hasta nuestros días. La necesidad de protección de las áreas internas, en su momento garantizada por empalizadas o palafitos, ejemplifica una práctica cultural que ha acompañado a la humanidad a lo largo del tiempo. Con el inicio de la vida comunitaria en las ciudades prehistóricas, comenzó a prevalecer el llamado «orden técnico», asociado al anterior «orden moral» (Mumford, 2010[1961]). En la Antigüedad, la agricultura se consolidó como el principal proceso productivo. Las distintas ubicaciones geográficas generaron notables diferencias culturales entre los pueblos distribuidos por todo el planeta, lo que permitió la clasificación de sus características en tres grandes grupos: civilizaciones centrales, orientales y occidentales. En primer lugar, el rigor climático condicionó un urbanismo fuertemente basado en el riego y, en el caso de Mesopotamia, en técnicas de cubiertas planas y ajardinadas (jardines colgantes). Estas soluciones, centradas en el confort microclimático, llegaron a considerarse convencionalmente una de las siete maravillas del mundo antiguo y constituyen una opción frente al cambio climático actual. En las civilizaciones orientales, el desarrollo urbano se produjo más tarde, debido a una economía intensamente vinculada a la actividad agrícola. En el ejemplo de las antiguas ciudades chinas, se observa la adopción de sistemas de bloques ortogonales, en contraste con los espacios abiertos, donde se valoraban los elementos naturales. En las civilizaciones occidentales, por ejemplo, en las ciudades egipcias, se reservaban áreas sagradas a escala metafísica, con monumentos simbólicos que marcaban el paisaje. La disposición geométrica, guiada por el ritmo, la proporción y la armonía, estructuraba los espacios abiertos con un lenguaje arquitectónico propio. Los conceptos egipcios fueron adaptados por los griegos, quienes ordenaron sus sectores urbanizados en áreas altas (sagradas) y bajas (privadas y públicas), destacando el ágora como centro político y cultural. Los romanos también estructuraron los centros urbanos en un sistema ortogonal, articulado por vías preferentes, consolidando la idea de red urbana. En sus espacios abiertos, predominaban los elementos edificados, con vegetación podada en formas regulares, evidenciando la centralidad humanística. Al igual que los asentamientos prehistóricos, las ciudades de la Antigüedad dependían de la proximidad de fuentes de agua y suelos fértiles, y el terreno influía directamente en su ubicación. A pesar de las limitaciones naturales, la planificación urbana reflejó fuertemente aspectos culturales, como la espiritualidad, que distinguían la ciudad alta (sagrada) de la ciudad baja (pública y privada). Independientemente de la ubicación geográfica (central, oriental u occidental), prevaleció la tendencia hacia el diseño geométrico, una tendencia que aún hoy se percibe claramente. Con el crecimiento de la población y la expansión de los centros urbanos, las técnicas mejoraron, y las ciudades a menudo estaban rodeadas de murallas protectoras. A pesar del florecimiento cultural y artístico, Roma, el centro de uno de los imperios más grandes de la historia, con aproximadamente un millón de habitantes al final de este período, enfrentó graves problemas urbanos (Benevolo, 2012[1976]). Durante el largo intervalo marcado por las invasiones bárbaras y los conflictos religiosos en Europa y regiones adyacentes, la Edad Media produjo un proceso inicial de desurbanización, resultante de la migración de los ciudadanos a zonas más seguras y menos vulnerables al saqueo. Así, esta era comenzó a producir centros urbanos compactos, resaltando la clara distinción entre el entorno urbano y el entorno rural, en tiempos dominados por el sistema feudal. La urbanización medieval se puede asociar a tres situaciones: la continuidad de las ciudades antiguas, la expansión de los barrios y la aparición de ferias en las intersecciones de carreteras. Los problemas derivados de las condiciones ambientales, como los cambios microclimáticos y la incomodidad espacial causada por la insuficiente luz solar y ventilación, la presencia de olores desagradables y la insalubridad generalizada, contribuyeron a un segundo proceso de desurbanización, caracterizado por una mortalidad significativa como consecuencia directa de las precarias condiciones sanitarias y la fragilidad de la salud pública. Con la supervivencia humana como prioridad y con las limitaciones impuestas por el poder eclesiástico, que situó a la iglesia en el centro de la vida comunitaria, se produjo una regresión significativa en las técnicas de planificación urbana. Aun así, algunos períodos merecen mención,



como el árabe, con la simplicidad de las fachadas que contrasta con la riqueza de los detalles interiores; el románico, con su modulación geométrica y simétrica de los elementos constructivos; y el gótico, con sus monumentales edificios clericales, que marcaron fuertemente el paisaje. Las ciudades medievales, de pequeño tamaño y rodeadas de murallas y fosos de protección, presentaban un trazado espontáneo, marcado por formas irregulares y un aspecto laberíntico, a menudo utilizado como estrategia para desorientar a posibles invasores. El núcleo central, generalmente compuesto por plazas que retomaron su función comercial y edificios religiosos, también evidenciaba el marcado nivel de deterioro ambiental característico de este período (Pirene, 2014[1927]). Desafíos similares persisten en la actualidad. A diferencia del período medieval, caracterizado por la relativa devaluación de la vida, las ciudades de la Edad Moderna comenzaron a reflejar un racionalismo inspirado en los antiguos modelos grecorromanos. En este contexto, el ser humano volvió a ser reconocido como el centro de atención y la calle se revalorizó como un elemento cualitativo del urbanismo. En la fase inicial de esta era, el Renacimiento se destacó por intensas transformaciones culturales que marcaron la transición del feudalismo al capitalismo, precedido por el absolutismo, con un impacto significativo en las artes y las ciencias. El diseño de espacios abiertos siguió los principios arquitectónicos, empleando sistemáticamente los órdenes antiguos. Los jardines se concibieron en integración con la arquitectura, privilegiando trazados rectilíneos, miradores panorámicos y aprovechando las variaciones del relieve. Los edificios predominaban en abundancia, mientras que la vegetación se sometía al diseño arquitectónico. Estas ciudades, conocidas como «clásicas», presentaban trazados regulares, a menudo en forma de estrella, con elementos simétricos y calles que irradiaban desde núcleos centrales, generalmente compuestos por plazas o monumentos. Las vías se organizaban según criterios estratégicos o estéticos. En la secuencia histórica, el urbanismo barroco mantuvo patrones similares, pero incorporó un mayor dinamismo espacial mediante la composición de las llamadas «ciudades-escena», que relajaron la rigidez de la simetría en favor de la libertad creativa. Con el tiempo, las murallas perdieron su función defensiva y fueron eliminadas gradualmente. En este contexto de desarrollo urbano, se produjo un vigoroso proceso de recuperación ambiental de las zonas urbanizadas (Jellicoe; Jellicoe, 1995[1975]). En el Brasil moderno, el proceso inicial de urbanización ocurrió a lo largo de la franja costera, con tres matrices principales para la formación de las ciudades: las originadas en asentamientos indígenas, con trazados formales estructurados a partir de la plaza central (“largo da matriz”); los núcleos militares, con cuadrículas irregulares resultantes de la ocupación en puntos estratégicos. El texto analiza el desarrollo de los centros urbanos en Brasil, destacando su significado histórico y la importancia de los centros urbanos tradicionales. Se señala que estos centros, vinculados a ciclos económicos como el azúcar y la minería, presentaban trazados medievales que contrastaban con el estilo arquitectónico barroco moderno. También se mencionan asentamientos vinculados al arriero, con tejidos urbanos homogéneos derivados de lugares de descanso y cruces de caminos (Santos, 2015[1965]). A principios de la Edad Contemporánea, los ideales de la Ilustración expandieron el pensamiento crítico a diferentes áreas del conocimiento y promovieron importantes cambios socioculturales, que impulsaron la Revolución Industrial, consolidándose como el principal agente de cambios irreversibles en el urbanismo de este período. Sin embargo, la inserción de industrias en áreas urbanizadas causó una importante degradación ambiental. En respuesta, durante el Romanticismo, se produjo un resurgimiento de las expresiones sentimentales y naturalistas, influenciadas por la estética oriental, con un uso reducido de edificios y un énfasis en los espacios abiertos con diseños libres y sinuosos, particularmente en plazas y parques. Entre finales del siglo XIX y principios de la década de 1990, se produjeron cambios paradigmáticos derivados de la evolución científica y de perspectivas estético-elitistas e higienistas estratégicas, respaldadas por planes de embellecimiento y mejora. A mediados del siglo XX, prevaleció una visión racionalista-progresista, con planes maestros tecnocráticos, propios de la llamada «Era de las Máquinas» o «Sociedad Industrial» (Choay, 2014[1965]). A partir de la década de 1960, un segundo cambio de paradigma se basó en una perspectiva racionalista más amplia, cimentada en la planificación local integrada. Desde entonces, el urbanismo se ha dividido en múltiples vertientes, desde las centradas en la justicia socioespacial y basadas en planes maestros más participativos centrados en cuestiones locales, hasta las orientadas a proyectar las ciudades a escala global, dentro de la lógica competitiva de la llamada «Era del Conocimiento» o «Sociedad de la Información». Si bien la prehistoria posibilitó la



constitución de la sociedad e inauguró manifestaciones que aún son fundamentales para el ciudadano contemporáneo, es necesario recordar que muchos procesos de desarrollo urbano se sustentaron en sistemas socioculturales condenables, como la esclavitud en la Antigüedad, la servidumbre en la Edad Media y el poder absolutista de reyes y nobles en la Edad Moderna, incluyendo las colonias esclavistas en el llamado Nuevo Mundo (Soja, 2011[2000]). A pesar de los avances técnicos y tecnológicos de la sociedad contemporánea en las últimas décadas, persisten ciertos problemas históricos, aunque con contornos ligeramente diferentes, que alimentan dinámicas que impactan directamente en el propio desarrollo urbano. Estos enfoques llevan a la conclusión de que los gestores urbanos necesitan una mirada retrospectiva, asimilando las lecciones del pasado y las realidades del presente para elaborar políticas públicas que mejoren las ciudades en el futuro.

Palabras clave: Estudios Avanzados. Historia de la Urbanización. Gestión Urbana.





REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. L'Urbanisme: utopies et réalités – une anthologie. Paris, FR: Points Essais [Seuil], 2014[1965].

HARDT, Leticia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Desenvolvimento, cultura e cidade: uma trilogia(re)visitada In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio César Cabrera. (Org.). Desenvolvimento territorial, cultura e turismo: uma abordagem multidisciplinar. João Pessoa, PB, BR: Editora da Universidade Estadual da Paraíba – EdUFPA, 2015, p.45-73.

JELLICOE, Geoffrey Alan; JELLICOE, Susan. The landscape of man: Shaping the environment from prehistory to the present day. 3.ed. New York, NY, US: Thames & Hudson, 1995[1975].

MUMFORD, Lewis. MUMFORD, Lewis. The city in history: Its origins, its transformations, and its prospects. New York, NY, US; Boston, MA, US: Mariner [Harcourt, Brace & World], 2010[1961].

PIRENE, Henri. Medieval cities: Their origins and the revival of trade. Princeton, NJ, US: Princeton University Press, 2014[1927].

SANTOS, Paulo Ferreira. Formação de cidades no Brasil Colonial. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ, BR: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2015[1965].

SOJA, Edward W. Postmetropolis: Critical studies of cities and regions. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.

